

# Da Teoria à Prática em Pesquisas nas Ciências Sociais Aplicadas



**Denise Pereira  
Maristela Carneiro  
(Organizadoras)**

**Atena**  
Editora  
Ano 2021

# Da Teoria à Prática em Pesquisas nas Ciências Sociais Aplicadas



**Denise Pereira  
Maristela Carneiro  
(Organizadoras)**

**Atena**  
Editora  
Ano 2021

**Editora Chefe**

Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira

**Assistentes Editoriais**

Natalia Oliveira

Bruno Oliveira

Flávia Roberta Barão

**Bibliotecária**

Janaina Ramos

**Projeto Gráfico e Diagramação**

Natália Sandrini de Azevedo

Camila Alves de Cremo

Luiza Alves Batista

Maria Alice Pinheiro

**Imagens da Capa**

Shutterstock

**Edição de Arte**

Luiza Alves Batista

**Revisão**

Os Autores

2021 by Atena Editora

Copyright © Atena Editora

Copyright do Texto © 2021 Os autores

Copyright da Edição © 2021 Atena Editora

Direitos para esta edição cedidos à Atena Editora pelos autores.



Todo o conteúdo deste livro está licenciado sob uma Licença de Atribuição *Creative Commons*. Atribuição-Não-Comercial-NãoDerivativos 4.0 Internacional (CC BY-NC-ND 4.0).

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores, inclusive não representam necessariamente a posição oficial da Atena Editora. Permitido o *download* da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

Todos os manuscritos foram previamente submetidos à avaliação cega pelos pares, membros do Conselho Editorial desta Editora, tendo sido aprovados para a publicação com base em critérios de neutralidade e imparcialidade acadêmica.

A Atena Editora é comprometida em garantir a integridade editorial em todas as etapas do processo de publicação, evitando plágio, dados ou resultados fraudulentos e impedindo que interesses financeiros comprometam os padrões éticos da publicação. Situações suspeitas de má conduta científica serão investigadas sob o mais alto padrão de rigor acadêmico e ético.

**Conselho Editorial**

**Ciências Humanas e Sociais Aplicadas**

Prof. Dr. Alexandre Jose Schumacher – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná

Prof. Dr. Américo Junior Nunes da Silva – Universidade do Estado da Bahia

Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná

Prof. Dr. Antonio Gasparetto Júnior – Instituto Federal do Sudeste de Minas Gerais  
Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília  
Prof. Dr. Carlos Antonio de Souza Moraes – Universidade Federal Fluminense  
Prof. Dr. Crisóstomo Lima do Nascimento – Universidade Federal Fluminense  
Profª Drª Cristina Gaio – Universidade de Lisboa  
Prof. Dr. Daniel Richard Sant’Ana – Universidade de Brasília  
Prof. Dr. Deyvison de Lima Oliveira – Universidade Federal de Rondônia  
Profª Drª Dilma Antunes Silva – Universidade Federal de São Paulo  
Prof. Dr. Edvaldo Antunes de Farias – Universidade Estácio de Sá  
Prof. Dr. Elson Ferreira Costa – Universidade do Estado do Pará  
Prof. Dr. Eloi Martins Senhora – Universidade Federal de Roraima  
Prof. Dr. Gustavo Henrique Cepolini Ferreira – Universidade Estadual de Montes Claros  
Profª Drª Ivone Goulart Lopes – Instituto Internazionele delle Figlie di Maria Ausiliatrice  
Prof. Dr. Jadson Correia de Oliveira – Universidade Católica do Salvador  
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense  
Profª Drª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins  
Prof. Dr. Luis Ricardo Fernandes da Costa – Universidade Estadual de Montes Claros  
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte  
Prof. Dr. Marcelo Pereira da Silva – Pontifícia Universidade Católica de Campinas  
Profª Drª Maria Luzia da Silva Santana – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul  
Profª Drª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa  
Profª Drª Rita de Cássia da Silva Oliveira – Universidade Estadual de Ponta Grossa  
Prof. Dr. Rui Maia Diamantino – Universidade Salvador  
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará  
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande  
Prof. Dr. William Cleber Domingues Silva – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro  
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

#### **Ciências Agrárias e Multidisciplinar**

Prof. Dr. Alexandre Igor Azevedo Pereira – Instituto Federal Goiano  
Profª Drª Carla Cristina Bauermann Brasil – Universidade Federal de Santa Maria  
Prof. Dr. Antonio Pasqualetto – Pontifícia Universidade Católica de Goiás  
Prof. Dr. Cleberton Correia Santos – Universidade Federal da Grande Dourados  
Profª Drª Daiane Garabeli Trojan – Universidade Norte do Paraná  
Profª Drª Diocléa Almeida Seabra Silva – Universidade Federal Rural da Amazônia  
Prof. Dr. Écio Souza Diniz – Universidade Federal de Viçosa  
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul  
Prof. Dr. Fágner Cavalcante Patrocínio dos Santos – Universidade Federal do Ceará  
Profª Drª Girlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia  
Prof. Dr. Jael Soares Batista – Universidade Federal Rural do Semi-Árido  
Prof. Dr. Júlio César Ribeiro – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro  
Profª Drª Lina Raquel Santos Araújo – Universidade Estadual do Ceará  
Prof. Dr. Pedro Manuel Villa – Universidade Federal de Viçosa  
Profª Drª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão  
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará  
Profª Drª Talita de Santos Matos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro  
Prof. Dr. Tiago da Silva Teófilo – Universidade Federal Rural do Semi-Árido

Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas

### **Ciências Biológicas e da Saúde**

Prof. Dr. André Ribeiro da Silva – Universidade de Brasília

Profª Drª Anelise Levay Murari – Universidade Federal de Pelotas

Prof. Dr. Benedito Rodrigues da Silva Neto – Universidade Federal de Goiás

Profª Drª Débora Luana Ribeiro Pessoa – Universidade Federal do Maranhão

Prof. Dr. Douglas Siqueira de Almeida Chaves – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro

Prof. Dr. Edson da Silva – Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri

Profª Drª Elizabeth Cordeiro Fernandes – Faculdade Integrada Medicina

Profª Drª Eleuza Rodrigues Machado – Faculdade Anhanguera de Brasília

Profª Drª Elane Schwinden Prudêncio – Universidade Federal de Santa Catarina

Profª Drª Eysler Gonçalves Maia Brasil – Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira

Prof. Dr. Ferlando Lima Santos – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia

Prof. Dr. Fernando Mendes – Instituto Politécnico de Coimbra – Escola Superior de Saúde de Coimbra

Profª Drª Gabriela Vieira do Amaral – Universidade de Vassouras

Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria

Prof. Dr. Helio Franklin Rodrigues de Almeida – Universidade Federal de Rondônia

Profª Drª Iara Lúcia Tescarollo – Universidade São Francisco

Prof. Dr. Igor Luiz Vieira de Lima Santos – Universidade Federal de Campina Grande

Prof. Dr. Jefferson Thiago Souza – Universidade Estadual do Ceará

Prof. Dr. Jesus Rodrigues Lemos – Universidade Federal do Piauí

Prof. Dr. Jônatas de França Barros – Universidade Federal do Rio Grande do Norte

Prof. Dr. José Max Barbosa de Oliveira Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará

Prof. Dr. Luís Paulo Souza e Souza – Universidade Federal do Amazonas

Profª Drª Magnólia de Araújo Campos – Universidade Federal de Campina Grande

Prof. Dr. Marcus Fernando da Silva Praxedes – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia

Profª Drª Maria Tatiane Gonçalves Sá – Universidade do Estado do Pará

Profª Drª Mylena Andréa Oliveira Torres – Universidade Ceuma

Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federaci do Rio Grande do Norte

Prof. Dr. Paulo Inada – Universidade Estadual de Maringá

Prof. Dr. Rafael Henrique Silva – Hospital Universitário da Universidade Federal da Grande Dourados

Profª Drª Regiane Luz Carvalho – Centro Universitário das Faculdades Associadas de Ensino

Profª Drª Renata Mendes de Freitas – Universidade Federal de Juiz de Fora

Profª Drª Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa

Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande

### **Ciências Exatas e da Terra e Engenharias**

Prof. Dr. Adélio Alcino Sampaio Castro Machado – Universidade do Porto

Prof. Dr. Carlos Eduardo Sanches de Andrade – Universidade Federal de Goiás

Profª Drª Carmen Lúcia Voigt – Universidade Norte do Paraná

Prof. Dr. Cleiseano Emanuel da Silva Paniagua – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás

Prof. Dr. Douglas Gonçalves da Silva – Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia

Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná  
Profª Drª Érica de Melo Azevedo – Instituto Federal do Rio de Janeiro  
Prof. Dr. Fabrício Menezes Ramos – Instituto Federal do Pará  
Profª Dra. Jéssica Verger Nardeli – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho  
Prof. Dr. Juliano Carlo Rufino de Freitas – Universidade Federal de Campina Grande  
Profª Drª Luciana do Nascimento Mendes – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte  
Prof. Dr. Marcelo Marques – Universidade Estadual de Maringá  
Prof. Dr. Marco Aurélio Kistemann Junior – Universidade Federal de Juiz de Fora  
Profª Drª Neiva Maria de Almeida – Universidade Federal da Paraíba  
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte  
Profª Drª Priscila Tessmer Scaglioni – Universidade Federal de Pelotas  
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista

### **Linguística, Letras e Artes**

Profª Drª Adriana Demite Stephani – Universidade Federal do Tocantins  
Profª Drª Angeli Rose do Nascimento – Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro  
Profª Drª Carolina Fernandes da Silva Mandaji – Universidade Tecnológica Federal do Paraná  
Profª Drª Denise Rocha – Universidade Federal do Ceará  
Prof. Dr. Fabiano Tadeu Grazioli – Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões  
Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná  
Profª Drª Keyla Christina Almeida Portela – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná  
Profª Drª Miranilde Oliveira Neves – Instituto de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará  
Profª Drª Sandra Regina Gardacho Pietrobbon – Universidade Estadual do Centro-Oeste  
Profª Drª Sheila Marta Carregosa Rocha – Universidade do Estado da Bahia

### **Conselho Técnico Científico**

Prof. Me. Abrãao Carvalho Nogueira – Universidade Federal do Espírito Santo  
Prof. Me. Adalberto Zorzo – Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza  
Prof. Dr. Adaylson Wagner Sousa de Vasconcelos – Ordem dos Advogados do Brasil/Seccional Paraíba  
Prof. Dr. Adilson Tadeu Basquerote Silva – Universidade para o Desenvolvimento do Alto Vale do Itajaí  
Prof. Dr. Alex Luis dos Santos – Universidade Federal de Minas Gerais  
Prof. Me. Alessandro Teixeira Ribeiro – Centro Universitário Internacional  
Profª Ma. Aline Ferreira Antunes – Universidade Federal de Goiás  
Prof. Me. André Flávio Gonçalves Silva – Universidade Federal do Maranhão  
Profª Ma. Andréa Cristina Marques de Araújo – Universidade Fernando Pessoa  
Profª Drª Andreza Lopes – Instituto de Pesquisa e Desenvolvimento Acadêmico  
Profª Drª Andrezza Miguel da Silva – Faculdade da Amazônia  
Profª Ma. Anelisa Mota Gregoleti – Universidade Estadual de Maringá  
Profª Ma. Anne Karynne da Silva Barbosa – Universidade Federal do Maranhão  
Prof. Dr. Antonio Hot Pereira de Faria – Polícia Militar de Minas Gerais  
Prof. Me. Armando Dias Duarte – Universidade Federal de Pernambuco  
Profª Ma. Bianca Camargo Martins – UniCesumar

Profª Ma. Carolina Shimomura Nanya – Universidade Federal de São Carlos  
Prof. Me. Carlos Antônio dos Santos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro  
Prof. Me. Christopher Smith Bignardi Neves – Universidade Federal do Paraná  
Prof. Ma. Cláudia de Araújo Marques – Faculdade de Música do Espírito Santo  
Profª Drª Cláudia Taís Siqueira Cagliari – Centro Universitário Dinâmica das Cataratas  
Prof. Me. Clécio Danilo Dias da Silva – Universidade Federal do Rio Grande do Norte  
Prof. Me. Daniel da Silva Miranda – Universidade Federal do Pará  
Profª Ma. Daniela da Silva Rodrigues – Universidade de Brasília  
Profª Ma. Daniela Remião de Macedo – Universidade de Lisboa  
Profª Ma. Dayane de Melo Barros – Universidade Federal de Pernambuco  
Prof. Me. Douglas Santos Mezacas – Universidade Estadual de Goiás  
Prof. Me. Edevaldo de Castro Monteiro – Embrapa Agrobiologia  
Prof. Me. Eduardo Gomes de Oliveira – Faculdades Unificadas Doctum de Cataguases  
Prof. Me. Eduardo Henrique Ferreira – Faculdade Pitágoras de Londrina  
Prof. Dr. Edwaldo Costa – Marinha do Brasil  
Prof. Me. Eliel Constantino da Silva – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita  
Prof. Me. Ernane Rosa Martins – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás  
Prof. Me. Euvaldo de Sousa Costa Junior – Prefeitura Municipal de São João do Piauí  
Prof. Dr. Everaldo dos Santos Mendes – Instituto Edith Theresa Hedwing Stein  
Prof. Me. Ezequiel Martins Ferreira – Universidade Federal de Goiás  
Profª Ma. Fabiana Coelho Couto Rocha Corrêa – Centro Universitário Estácio Juiz de Fora  
Prof. Me. Fabiano Eloy Atílio Batista – Universidade Federal de Viçosa  
Prof. Me. Felipe da Costa Negrão – Universidade Federal do Amazonas  
Prof. Me. Francisco Odécio Sales – Instituto Federal do Ceará  
Profª Drª Germana Ponce de Leon Ramírez – Centro Universitário Adventista de São Paulo  
Prof. Me. Gevair Campos – Instituto Mineiro de Agropecuária  
Prof. Me. Givanildo de Oliveira Santos – Secretaria da Educação de Goiás  
Prof. Dr. Guilherme Renato Gomes – Universidade Norte do Paraná  
Prof. Me. Gustavo Krahl – Universidade do Oeste de Santa Catarina  
Prof. Me. Helton Rangel Coutinho Junior – Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro  
Profª Ma. Isabelle Cerqueira Sousa – Universidade de Fortaleza  
Profª Ma. Jaqueline Oliveira Rezende – Universidade Federal de Uberlândia  
Prof. Me. Javier Antonio Alborno – University of Miami and Miami Dade College  
Prof. Me. Jhonatan da Silva Lima – Universidade Federal do Pará  
Prof. Dr. José Carlos da Silva Mendes – Instituto de Psicologia Cognitiva, Desenvolvimento Humano e Social  
Prof. Me. Jose Elyton Batista dos Santos – Universidade Federal de Sergipe  
Prof. Me. José Luiz Leonardo de Araujo Pimenta – Instituto Nacional de Investigación Agropecuaria Uruguay  
Prof. Me. José Messias Ribeiro Júnior – Instituto Federal de Educação Tecnológica de Pernambuco  
Profª Drª Juliana Santana de Curcio – Universidade Federal de Goiás  
Profª Ma. Juliana Thaisa Rodrigues Pacheco – Universidade Estadual de Ponta Grossa  
Profª Drª Kamilly Souza do Vale – Núcleo de Pesquisas Fenomenológicas/UFGA  
Prof. Dr. Kárpio Márcio de Siqueira – Universidade do Estado da Bahia  
Profª Drª Karina de Araújo Dias – Prefeitura Municipal de Florianópolis

Prof. Dr. Lázaro Castro Silva Nascimento – Laboratório de Fenomenologia & Subjetividade/UFPR  
Prof. Me. Leonardo Tullio – Universidade Estadual de Ponta Grossa  
Profª Ma. Lilian Coelho de Freitas – Instituto Federal do Pará  
Profª Ma. Liliani Aparecida Sereno Fontes de Medeiros – Consórcio CEDERJ  
Profª Drª Lívia do Carmo Silva – Universidade Federal de Goiás  
Prof. Dr. Lucio Marques Vieira Souza – Secretaria de Estado da Educação, do Esporte e da Cultura de Sergipe  
Prof. Dr. Luan Vinicius Bernardelli – Universidade Estadual do Paraná  
Profª Ma. Luana Ferreira dos Santos – Universidade Estadual de Santa Cruz  
Profª Ma. Luana Vieira Toledo – Universidade Federal de Viçosa  
Prof. Me. Luis Henrique Almeida Castro – Universidade Federal da Grande Dourados  
Profª Ma. Luma Sarai de Oliveira – Universidade Estadual de Campinas  
Prof. Dr. Michel da Costa – Universidade Metropolitana de Santos  
Prof. Me. Marcelo da Fonseca Ferreira da Silva – Governo do Estado do Espírito Santo  
Prof. Dr. Marcelo Máximo Purificação – Fundação Integrada Municipal de Ensino Superior  
Prof. Me. Marcos Aurelio Alves e Silva – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo  
Profª Ma. Maria Elanny Damasceno Silva – Universidade Federal do Ceará  
Profª Ma. Marileila Marques Toledo – Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri  
Prof. Me. Pedro Panhoca da Silva – Universidade Presbiteriana Mackenzie  
Profª Drª Poliana Arruda Fajardo – Universidade Federal de São Carlos  
Prof. Me. Ricardo Sérgio da Silva – Universidade Federal de Pernambuco  
Prof. Me. Renato Faria da Gama – Instituto Gama – Medicina Personalizada e Integrativa  
Profª Ma. Renata Luciane Polsaque Young Blood – UniSecal  
Prof. Me. Robson Lucas Soares da Silva – Universidade Federal da Paraíba  
Prof. Me. Sebastião André Barbosa Junior – Universidade Federal Rural de Pernambuco  
Profª Ma. Silene Ribeiro Miranda Barbosa – Consultoria Brasileira de Ensino, Pesquisa e Extensão  
Profª Ma. Solange Aparecida de Souza Monteiro – Instituto Federal de São Paulo  
Profª Ma. Taiane Aparecida Ribeiro Nepomoceno – Universidade Estadual do Oeste do Paraná  
Prof. Me. Tallys Newton Fernandes de Matos – Faculdade Regional Jaguaribana  
Profª Ma. Thatianny Jasmine Castro Martins de Carvalho – Universidade Federal do Piauí  
Prof. Me. Tiago Silvio Dedoné – Colégio ECEL Positivo  
Prof. Dr. Welleson Feitosa Gazel – Universidade Paulista

## Da teoria à prática em pesquisas nas ciências sociais aplicadas

**Editora Chefe:** Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira  
**Bibliotecária:** Janaina Ramos  
**Diagramação:** Maria Alice Pinheiro  
**Correção:** Kimberly Elisandra Gonçalves Carneiro  
**Edição de Arte:** Luiza Alves Batista  
**Revisão:** Os Autores  
**Organizadoras:** Denise Pereira  
Maristela Carneiro

### Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

T314 Da teoria à prática em pesquisas nas ciências sociais aplicadas / Organizadoras Denise Pereira, Maristela Carneiro. – Ponta Grossa - PR: Atena, 2021.

Formato: PDF

Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader

Modo de acesso: World Wide Web

Inclui bibliografia

ISBN 978-65-5706-944-8

DOI 10.22533/at.ed.448210104

1. Ciências sociais. I. Pereira, Denise (Organizadora). II. Carneiro, Maristela (Organizadora). III. Título.

CDD 301

Elaborado por Bibliotecária Janaina Ramos – CRB-8/9166

**Atena Editora**

Ponta Grossa – Paraná – Brasil

Telefone: +55 (42) 3323-5493

[www.atenaeditora.com.br](http://www.atenaeditora.com.br)

contato@atenaeditora.com.br

## DECLARAÇÃO DOS AUTORES

Os autores desta obra: 1. Atestam não possuir qualquer interesse comercial que constitua um conflito de interesses em relação ao artigo científico publicado; 2. Declaram que participaram ativamente da construção dos respectivos manuscritos, preferencialmente na: a) Concepção do estudo, e/ou aquisição de dados, e/ou análise e interpretação de dados; b) Elaboração do artigo ou revisão com vistas a tornar o material intelectualmente relevante; c) Aprovação final do manuscrito para submissão.; 3. Certificam que os artigos científicos publicados estão completamente isentos de dados e/ou resultados fraudulentos; 4. Confirmam a citação e a referência correta de todos os dados e de interpretações de dados de outras pesquisas; 5. Reconhecem terem informado todas as fontes de financiamento recebidas para a consecução da pesquisa.

## APRESENTAÇÃO

Esta coletânea reúne capítulos que versam sobre os trânsitos da teoria à prática. Para tanto, há que se pensar em uma teoria e uma prática que estejam além do discurso descompromissado do cotidiano, afinal pensar a respeito de algo e agir sobre não são movimentos indiscutivelmente divorciados e irreconciliáveis. É evidente que entre as elaborações teóricas desenvolvidas no ambiente acadêmico e a implementação de políticas públicas robustas que efetivamente afetam positivamente as vidas das pessoas, há um longo caminho.

Dito isso, ao contrário do que sugere o senso comum, teoria e prática não são oponentes, mas apenas segmentos distintos do mesmo processo.

Sem compreender como uma sociedade se constituiu historicamente e quais são as estruturas que a governam, não é possível detectar possíveis problemas, elaborar alternativas ou proporcionar inovações. O Brasil, problema maior do qual emanam todos os dilemas menores investigados nestes textos, construiu-se ao longo de cinco séculos preservando fortes estruturas coloniais, classistas e racistas, algo que, enquanto visto como uma realidade cristalizada no passado por uma parcela privilegiada da população, ainda marca profundamente nossas negociações sociais, permanecendo muito viva nos combates cotidianos.

A presente coleção compreende trabalhos que abordam questões pertinentes ao direito e aos desdobramentos jurídicos, às políticas educacionais, às iniciativas de desenvolvimento econômico, à manutenção da saúde física e mental, à segurança pública e ao empreendedorismo. Todos estes temas, embora caracterizados por incontáveis especificidades no que diz respeito às metodologias adotadas e resultados esperados, são fundamentalmente elaborações emanadas da malha social, de tal maneira que todos devem ser contemplados por uma mirada global e complexa dos ambientes em que residimos e construímos nossas vidas coletivas.

O estudo das dinâmicas aqui expostas aponta para um desenvolvimento positivo, uma conexão mais visível e fortalecida entre o espaço acadêmico e o mundo fora dos muros das universidades ou da vida acadêmica. As pesquisas que compõem essa obra são sintomáticas de núcleos de pesquisa cujo olhar está voltado para as ruas, praças, postos de trabalho e núcleos populacionais que fazem parte de nossas vidas e demandam nossa atenção.

A vida humana, justamente por sua composição essencial e inevitavelmente social, existe em constante fluxo. Nossas existências, compulsoriamente coletivas (por mais que tentemos nos pensar autossuficientes) são caracterizadas pela mudança, e é através do estudo aprofundado e reflexivo dessas relações dinâmicas, como as investigações aqui reunidas, que podemos esperar constituir sociedades mais estáveis, inclusivas e justas.

Esperamos que as leituras destes capítulos possam ampliar seus conhecimentos e instigar novas reflexões.

Boa leitura!

Denise Pereira  
Maristela Carneiro

## SUMÁRIO

### **CAPÍTULO 1..... 1**

(DES)COLONIALIDADE, DIÁLOGO INTERCULTURAL E ETNORECONHECIMENTO NOS MUSEUS: DESAFIOS PARA A EDUCAÇÃO E A MUSEOLOGIA CONTEMPORÂNEAS

Maria Amelia Souza Reis

**DOI 10.22533/at.ed.4482101041**

### **CAPÍTULO 2..... 20**

A DESCONSIDERAÇÃO DA PERSONALIDADE JURÍDICA NA REFORMA TRABALHISTA E SEUS IMPACTOS NO DIREITO EMPRESARIAL

Josemar da Silva Abrantes

Renata Silva Gomes

**DOI 10.22533/at.ed.4482101042**

### **CAPÍTULO 3..... 27**

A GESTÃO DO CONHECIMENTO COMO AUXÍLIO À INTELIGÊNCIA DE SEGURANÇA PÚBLICA

Felipe Pereira de Melo

Arthur Gualberto da Cruz Bacelar Urpia

Rejane Sartori

**DOI 10.22533/at.ed.4482101043**

### **CAPÍTULO 4..... 43**

A IMPORTÂNCIA DA SAÚDE FÍSICA E MENTAL DOS POLICIAIS MILITARES DO ESTADO DO PARANÁ

Cristiano José Barreto

**DOI 10.22533/at.ed.4482101044**

### **CAPÍTULO 5..... 53**

A PRÁTICA DA LEITURA NO PROCESSO DE (RE)SOCIALIZAÇÃO

Hillary Mariane Lapas Fujihara

Patricia Helena de Freitas

**DOI 10.22533/at.ed.4482101045**

### **CAPÍTULO 6..... 68**

A RECEPÇÃO E A REELABORAÇÃO DO CONCEITO DE PLANIFICAÇÃO POR GUERREIRO RAMOS (1945-1953)

Alan Caldas

**DOI 10.22533/at.ed.4482101046**

### **CAPÍTULO 7..... 83**

ANÁLISE FOLHA DE PAGAMENTO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE NATAL/RN, NOS ANOS DE 2012 A 2016 – RUBRICA SALÁRIO FAMÍLIA

Clara Larissa Pinto de Araújo

Edzana Roberta Ferreira da Cunha Vieira Lucena

Erivan Ferreira Borges

**DOI 10.22533/at.ed.4482101047**

<b>CAPÍTULO 8.....</b>	<b>88</b>
ANÁLISE DA RELAÇÃO ENTRE LIDERANÇA E CAPACIDADE ABSORTIVA DO CONHECIMENTO: UMA REVISÃO SISTEMÁTICA DA LITERATURA	
Daniela de Oliveira Massad	
Daniele Santos de Oliveira Archanjo de Souza	
Andreia Maria Pedro Salgado	
Édis Mafra Lapolli	
Fernando Augusto Silva Marins	
<b>DOI 10.22533/at.ed.4482101048</b>	
<b>CAPÍTULO 9.....</b>	<b>100</b>
CAIR, LEVANTAR E RECUPERAR: RESILIÊNCIA FINANCEIRA DOS MUNICÍPIOS PARANAENSES FRENTE A DESASTRES CLIMÁTICOS	
Tomas Matheus Giacomet de Oliveira	
Priscila dos Santos Schiavo	
Denis Dall'Asta	
Clóvis Fiirst	
<b>DOI 10.22533/at.ed.4482101049</b>	
<b>CAPÍTULO 10.....</b>	<b>111</b>
CERÂMICA VIVA	
Isabela Frade	
<b>DOI 10.22533/at.ed.44821010410</b>	
<b>CAPÍTULO 11.....</b>	<b>124</b>
COOPERAÇÃO TECNOLÓGICA: ALTERNATIVAS À PRODUÇÃO DE INOVAÇÃO DECORRENTE DE PESQUISAS BÁSICAS DESENVOLVIDAS NAS INSTITUIÇÕES PÚBLICAS DE ENSINO SUPERIOR	
Samantha Frohlich	
Eliana Cunico	
Gabriela Christ	
<b>DOI 10.22533/at.ed.44821010411</b>	
<b>CAPÍTULO 12.....</b>	<b>140</b>
DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL: DOIS LADOS DA MESMA MOEDA?	
Ralph José Neves dos Santos	
<b>DOI 10.22533/at.ed.44821010412</b>	
<b>CAPÍTULO 13.....</b>	<b>152</b>
DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL, POLÍTICAS PÚBLICAS E INOVAÇÃO SOCIAL NO ALTO JEQUITINHONHA – MG: OS CÍRCULOS DE COOPERAÇÃO SOCIAL	
Allain Wilham Silva de Oliveira	
<b>DOI 10.22533/at.ed.44821010413</b>	

<b>CAPÍTULO 14.....</b>	<b>174</b>
<b>ELEMENTOS RELEVANTES NO PROCESSO DE COPRODUÇÃO NA PERCEPÇÃO DA EQUIPE</b>	
Gladys Milena Berns Carvalho do Prado	
Roberto Carlos dos Santos Pacheco	
<b>DOI 10.22533/at.ed.44821010414</b>	
<b>CAPÍTULO 15.....</b>	<b>185</b>
<b>ENTIDADE ASSISTÊNCIAL: CENTRO DE REFERÊNCIA E ASSISTÊNCIA SOCIAL (CRAS) DE SÃO JOÃO DA URTIGA</b>	
Bruna Hariane da Costa	
Emanuel Zanandréa	
Valéria Fracaro	
Valquíria Scolari	
Willian Sbruzzi	
<b>DOI 10.22533/at.ed.44821010415</b>	
<b>CAPÍTULO 16.....</b>	<b>204</b>
<b>ESTADO DA ARTE DA PESQUISA EM PERÍCIA CONTÁBIL: UMA ANÁLISE BIBLIOMÉTRICA EM ESTUDOS NACIONAIS DURANTE O PERÍODO DE 2008 A 2018</b>	
Clara Alice Spies	
Lucimara Aparecida Zancheta	
Liliane Dalbello	
<b>DOI 10.22533/at.ed.44821010416</b>	
<b>CAPÍTULO 17.....</b>	<b>226</b>
<b>GOVERNANÇA METROPOLITANA NA ESCALA LOCAL FRAGILIDADES, ENTRAVES E POSSIBILIDADES DOS MUNICÍPIOS DO VETOR NORTE DA REGIÃO METROPOLITANA DE BELO HORIZONTE</b>	
Natália Aguiar Mol	
Sophia Guarnieri	
Barbara Lúcia Pinheiro de Oliveira França	
Jordan de Oliveira Ferreira	
<b>DOI 10.22533/at.ed.44821010417</b>	
<b>CAPÍTULO 18.....</b>	<b>243</b>
<b>GUIA PRÁTICO DE ATENDIMENTOS EM COACHING COM FERRAMENTAS COMPORTAMENTAIS, DE PLANEJAMENTO E DE GESTÃO</b>	
Vera Ruth de Carvalho Fidalgo	
Rilvanda Maria Pires Santos	
Caroline das Graças dos Santos Ribeiro	
<b>DOI 10.22533/at.ed.44821010418</b>	
<b>CAPÍTULO 19.....</b>	<b>275</b>
<b>IDENTIFICAR A RELAÇÃO ENSINO-APRENDIZAGEM NA EMPREGABILIDADE DOS EGRESSOS DO CURSO DE ADMINISTRAÇÃO</b>	
Luiz Laertes de Freitas	
<b>DOI 10.22533/at.ed.44821010419</b>	

<b>CAPÍTULO 20.....</b>	<b>297</b>
INCLUSÃO DIGITAL EM JOGOS DIGITAIS EDUCACIONAIS: ANÁLISE POÉTICA DO JOGO SOLITAIREQUIZ	
José Roberto Cordeiro	
Luciane Maria Fadel	
<b>DOI 10.22533/at.ed.44821010420</b>	
<b>CAPÍTULO 21.....</b>	<b>309</b>
INSTRUMENTO DE ENSINO E APRENDIZAGEM PARA O CONHECIMENTO CIENTÍFICO: ATIVIDADE INTEGRADORA DO PLANEJAMENTO A PRÁTICA	
Fábio Teixeira Lima	
Felipe Lopes de Lima	
Gernei Goes dos Santos	
<b>DOI 10.22533/at.ed.44821010421</b>	
<b>CAPÍTULO 22.....</b>	<b>320</b>
MU (SEU): ESPAÇO DE CONEXÃO COM O PÚBLICO	
Aline Tavares	
<b>DOI 10.22533/at.ed.44821010422</b>	
<b>CAPÍTULO 23.....</b>	<b>332</b>
NARRATIVAS DE VIDA DE SOR JUANA INÉS DE LA CRUZ: EXPRESSÃO HUMANISTA DOS DIREITOS DAS MULHERES NA AMÉRICA LATINA	
Adriana do Carmo Figueiredo	
<b>DOI 10.22533/at.ed.44821010423</b>	
<b>CAPÍTULO 24.....</b>	<b>346</b>
O PAPEL DE ATUAÇÃO E INTERVENÇÃO DO CENTRO DE REFERÊNCIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL(CRAS) DE UBATÃ-BAHIA E A POPULAÇÃO ATENDIDA ENTRE 2016 E 2017	
Pricila Pereira dos Santos	
<b>DOI 10.22533/at.ed.44821010424</b>	
<b>CAPÍTULO 25.....</b>	<b>359</b>
OS ESPAÇOS DE APRENDIZAGEM EM UM PLANO DE AULA SEGUNDO O MÉTODO DA NEOAPRENDIZAGEM	
Gladys Milena Berns Carvalho do Prado	
Graziela Grando Bresolin	
Patricia de Sá Freire	
Roberto Carlos dos Santos Pacheco	
<b>DOI 10.22533/at.ed.44821010425</b>	
<b>CAPÍTULO 26.....</b>	<b>373</b>
RACISMO, MACHISMO, SEXISMO NA PUBLICIDADE: UM DILEMA ENTRE A CRIATIVIDADE E O DISCURSO POLITICAMENTE CORRETO	
Marina Aparecida Espinosa Negri	
<b>DOI 10.22533/at.ed.44821010426</b>	

<b>CAPÍTULO 27.....</b>	<b>388</b>
<b>TÉCNICAS DE ANÁLISE DE PROJETOS DE INVESTIMENTOS – UM ESTUDO DE CASO EM UMA COOPERATIVA AGROPECUÁRIA</b>	
Amanda Silva Abrão	
Glória de Freitas Rocha Ribeiro	
Leôncio Campos Gouveia	
Mariana de Pádua Alves	
Marcos Roberto Alves da Silva	
<b>DOI 10.22533/at.ed.44821010427</b>	
<b>CAPÍTULO 28.....</b>	<b>405</b>
<b>BIBLIOMETRIA COMO TRILHA DE CONHECIMENTO E PESQUISA</b>	
Rafael Angelo Santos Leite	
Marina Bezerra da Silva	
Iracema Machado de Aragão	
Maria Emilia Camargo	
<b>DOI 10.22533/at.ed.44821010428</b>	
<b>SOBRE AS ORGANIZADORAS.....</b>	<b>418</b>
<b>ÍNDICE REMISSIVO.....</b>	<b>419</b>

## CAIR, LEVANTAR E RECUPERAR: RESILIÊNCIA FINANCEIRA DOS MUNICÍPIOS PARANAENSES FRENTE A DESASTRES CLIMÁTICOS

*Data de aceite: 22/03/2021*

*Data de submissão: 21/01/2021*

### **Tomas Matheus Giacomel de Oliveira**

Universidade Estadual do Oeste do Paraná  
Cascavel – Paraná  
<https://orcid.org/0000-0001-8268-1847>

### **Priscila dos Santos Schiavo**

Universidade Estadual do Oeste do Paraná  
Cascavel – Paraná  
<https://orcid.org/0000-0002-3638-2843>

### **Denis Dall'Asta**

Universidade Estadual do Oeste do Paraná  
Cascavel – Paraná  
<https://orcid.org/0000-0002-2624-3364b2>

### **Clóvis Fiirst**

Universidade Regional de Blumenau  
Blumenau – Santa Catarina  
<https://orcid.org/0000-0002-9415-104X>

**RESUMO:** O presente artigo objetivou analisar a resiliência financeira dos municípios paranaenses que vivenciaram constantes ocorrências de eventos climáticos que acarretaram inundações, enxurradas, enchentes, alagamentos e deslizamentos. Foram identificados 24 municípios que apresentaram uma tendência cíclica de tais eventos no período compreendido de 2013 a 2018 e como estes geraram resiliência financeira após as contingências. Analisou-se, por meio de análise de conteúdo, os fatores financeiros e não financeiros que impactaram a

geração de resiliência desses municípios. Com base nos dados levantados foi possível constatar que grande parte dos municípios adotaram algumas medidas de gestão de riscos para a previsibilidade e o enfrentamento de desastres ambientais, visando atenuar seus impactos, e demonstrando assim a busca pela resiliência. No entanto, se tratando de resiliência financeira municipal, frente a ocorrência de tais desastres, percebe-se que estes entes, ressalvadas exceções, não estão destinando recursos em seus orçamentos, capazes de atenuar os impactos dos desastres e proporcionar a oferta de bens e serviços necessários à população.

**PALAVRAS - CHAVE:** Resiliência Financeira; Desastres Climáticos; Municípios Paranaenses.

### THE FALL, THE RISE AND THE RECOVERY: FINANCIAL RESILIENCE OF MUNICIPALITIES OF PARANÁ FACING CLIMATE DISASTERS

**ABSTRACT:** The present article aimed to analyze the financial resilience of the municipalities of Paraná that experienced constant occurrences of climatic events that caused inundation, flooding, overflow, floods, and landslides. Twenty-four municipalities were identified that presented a cyclical trend of such events in the period from 2013 to 2018 and how they generated financial resilience after the contingencies. The financial and non-financial factors that impacted the generation of resilience in these municipalities were analyzed through content analysis. Based on the data collected, it was possible to verify that a large part of the counties adopted some

risk management measures for predictability and facing environmental disasters, aiming to mitigate their impacts, and thus demonstrating the search for resilience. However, when it comes to municipal financial resilience facing the occurrence of such disasters, it is clear that these entities, with exceptions, are not allocating resources in their budgets, capable of mitigating the impacts of disasters and providing a supply of goods and services to the population.

**KEYWORDS:** Financial Resilience; Climate Disasters; Municipalities of Paraná.

## 1 | INTRODUÇÃO

Cidades Resilientes são aquelas precavidas, que mitigam antecipadamente os impactos dos desastres, sejam estes decorrentes de eventos contingentes ou induzidos pela ação humana, através de medidas de monitoramento e alerta para a proteção dos indivíduos; da infraestrutura; do capital econômico e de patrimônios culturais e ambientais (UNISDR, 2012).

De acordo com Silva, Turra e Petry (2015) os entes públicos, para serem considerados resilientes, devem garantir adaptabilidade, capacidade de absorver perturbações e recuperar-se frente às adversidades. Segundo os autores, as cidades resilientes são aquelas preparadas para manterem suas funcionalidades e promoverem melhorias constantes de seu ambiente social, econômico e ambiental. Assim, diante de eventos climáticos, é perceptível a necessidade dos municípios se tornarem resilientes.

Estudos desenvolvidos em torno dessa temática buscaram compreender como a ocorrência de desastres ambientais impactam nas finanças públicas, e conseqüentemente na resiliência financeira municipal. O estudo de Lopes e Costas (2017) trataram da vulnerabilidade das finanças municipais quanto aos desastres naturais; o de Nina e Szlafsstein (2014) analisaram os desastres ambientais e o desempenho orçamentário e o de Freitas et al. (2012) abordaram a vulnerabilidade socioambiental, a redução de riscos causados por desastres e a construção de resiliência.

Tendo em vista os transtornos ocasionados por inundações, enxurradas, enchentes, alagamentos e deslizamentos, o presente estudo é relevante, pois contempla tais questões climáticas conjuntamente com a resiliência financeira municipal. Assim, é possível obter maior compreensão quanto aos impactos destes eventos climáticos e, conseqüentemente, a respeito da necessidade dos municípios, que tendem a sofrer com desastres cíclicos desta natureza, adotarem medidas de prevenção de riscos, quanto aos recursos públicos, para não comprometer o bem-estar social e a oferta de bens e serviços públicos, requeridos neste cenário.

Diante dos estudos apresentados e da oportunidade de aprofundamento nas discussões a respeito dos impactos causados por desastres climáticos nas finanças municipais e da ausência de definição clara dos mecanismos que contribuem para o desenvolvimento da resiliência, conforme exposto por Silva, Turra e Petry (2015), apresenta-

se a seguinte questão de pesquisa: ***Como a ocorrência cíclica de desastres climáticos relacionados a inundações, enxurradas, enchentes, alagamentos e deslizamentos impactam na resiliência financeira dos municípios paranaenses?***

Assim, o objetivo geral deste estudo consiste em analisar os mecanismos de gestão de riscos adotados pelos gestores municipais para atingir a resiliência financeira nos municípios paranaenses que sofrem com a ocorrência de eventos climáticos contínuos relacionados a inundações, enxurradas, enchentes, alagamentos e deslizamentos. Para tanto, especificamente, o estudo objetiva levantar os municípios que sofrem com tais desastres, de forma cíclica, coletar seus indicadores relativos à resiliência financeira municipal, e por fim, avaliar a previsibilidade de disponibilidade de recursos para este fim e a capacidade dos municípios se recuperarem na ocorrência destes eventos climáticos.

Desse modo, o estudo contribui para a comunidade científica, para gestores públicos e para a sociedade, ao tratar da resiliência municipal, observando como os municípios que sofrem com estes desastres, em decorrência de eventos climáticos, de maneira cíclica, se comportam quanto aos seus indicadores e ações para a prevenção ou para o suprimento das necessidades da população, em uma possível ocorrência destes eventos e sua capacidade de recuperar-se frente aos prejuízos gerados.

O estudo está estruturado em cinco seções, das quais se tem essa introdução, a revisão da literatura, a metodologia, a análise e discussão dos resultados, e, por fim, as considerações finais.

## **2 | REVISÃO DA LITERATURA**

A resiliência pode ser entendida como a capacidade que determinado ente possui para enfrentar determinadas situações, mantendo suas funções e estruturas, ou seja, sua capacidade de adequar-se, adaptar-se e se reorganizar diante de eventos de impacto (VEIGA, 2010). Para tanto, tal resiliência pode ser atrelada a fatores financeiros e em decorrência de eventos climáticos.

Uma cidade resiliente é aquela que oferece condições de segurança à população frente aos impactos causados por desastres ambientais; na qual o governo se importa com uma urbanização sustentável; incorporando tecnologias de monitoramento e alerta; investindo em recursos que possam prevenir incidentes e implementando estratégias de gestão que permitem a reconstrução material, ambiental, social e cultural dos danos causados durante e após contingências (UNISDR, 2012).

Estudos recentes como de Pinheiro, Ferentz e Fonseca (2019) mencionam que 1.332 ocorrências de emergências ambientais foram relatadas no Paraná entre 1980 a 2017, atingindo 201 municípios e afetando 662.852 pessoas. Os autores destacam os municípios com maior número de ocorrências, sendo eles, Curitiba (115), Paranaguá (72), Guaratuba (71), São José dos Pinhais (50) e Ponta Grossa (49).

Garcias, Ferentz e Pinheiro (2019) analisaram a gestão municipal de proteção e defesa civil do município de União da Vitória no Paraná, município que, segundo estes, apresenta o maior número de ocorrências de inundação do estado, e obtiveram o percentual de 52,5% de resiliência da cidade no enfrentamento de tais desastres e observaram uma forte cultura de convivência com as enchentes, argumentando que mesmo com a grande frequência de cheias, há construção de novas residências nas proximidades do rio e permanece a falta de capacitação dos moradores.

Nesse mesmo enfoque, Ferentz, Fonseca e Pinheiro (2018), com o intuito de verificar a eficácia do Plano de Contingência e de Proteção e Defesa Civil do município de Palmeira no Paraná, analisaram os dados expostos no Plano Município e concluíram que os Planos de Contingência são importantes para ajudar as equipes locais na ocorrência de desastres, mas estes estão desatualizados e com informações que não correspondem às realidades locais.

Dando sequência no estudo, Ferentz, Pinheiro e Garcias (2019) propuseram um instrumento denominado Indicador de Preparação para este município com o objetivo de verificar a gestão municipal, chegando à conclusão que este instrumento é capaz de apontar os setores que precisam de mudanças para precaução de desastres.

Além disso, a ocorrência de desastres ambientais gera aos municípios afetados prejuízos econômicos públicos, que está relacionado ao interrompimento ou prejuízo aos serviços básicos prestados, em decorrência de desastres, e os chamados prejuízos econômicos privados, pertinentes às perdas na indústria, agricultura, pecuária e serviços (COORDENADORIA ESTADUAL DE PROTEÇÃO E DEFESA CIVIL, 2015).

Com base nos estudos expostos percebe-se a necessidade dos municípios adotarem medidas relacionadas à capacidade de resiliência dos entes públicos. Para tanto é fundamental que os municípios, para atingir a resiliência, na iminência de desastres climáticos, adotem medidas de gestão de riscos, voltados especialmente para a previsibilidade de ocorrência de gastos com os desastres ambientais, objetivando reduzir o impacto destes, nas finanças municipais (LOPES; COSTA, 2017).

A gestão de riscos, voltada aos desastres ambientais, se relaciona às políticas de prevenção de ocorrências e a limitação das consequências, envolvendo um conjunto de medidas para o desenvolvimento da resiliência para responder adequadamente à ocorrência de desastres, com monitoramento, antecipação da ocorrência e adaptação aos mesmos, mantendo a funcionalidade da estrutura pública (FREITAS et al., 2012).

Conforme expõe Nina e Szlafstein (2014), a Lei de Responsabilidade Fiscal estabelece que todos os entes públicos devem prever reservas de contingências, destinadas especialmente para a precaução quanto a riscos fiscais, considerados prováveis. Entre os riscos fiscais prováveis, tem-se a possibilidade de ocorrência de eventos climáticos (LOPES; COSTA, 2017), os quais são mais previsíveis em municípios que demonstram tendência cíclica para a ocorrência de tais eventos.

Em relação aos eventos ambientais objetos deste estudo — inundações, enxurradas, enchentes, alagamentos e deslizamentos — o Manual de Desastres Naturais elaborado por Castro (2003) prevê as seguintes medidas preventivas: Previsão de Inundações; Zoneamento; Construção de Habitações Diferenciadas; Projetos Comunitários de Manejo Integrado de Microbacias ; Obras de Perenização e de Controle das Enchentes; Barragens Reguladoras; Obras de Desenrocamento, Desassoreamento e de Canalização; Canais de Derivação e de interligação de Bacias; Diques de Proteção e Medidas para Otimizar a Alimentação do Lençol Freáticos.

Diante dos estudos expostos, espera-se que os municípios com tendência cíclica a ocorrência de eventos climáticos, oriundos de fortes chuvas, adotem medidas de gestão de riscos voltadas especialmente a resiliência financeira municipal. Dentre essas medidas esperadas destacam-se: (i) Plano Diretor que contemple medidas de prevenção desses eventos; (ii) Legislações específicas nas quais constem medidas de prevenção tais como Lei de Uso e Ocupação do Solo; (iii) Mapeamento de áreas de riscos; (iv) Programas Habitacionais para realocação de população em área de risco; (v) Mecanismos de Controle e Fiscalização; (vi) Planos de Contingência; (vii) Projetos de Engenharia relacionados ao evento; (viii) Sistema de Alerta de desastres e (ix) Possua órgãos como Unidades de Corpo de Bombeiros, Coordenação Municipal de Defesa Civil e Núcleo de Defesa Civil.

### **3 | METODOLOGIA**

O delineamento da pesquisa, de acordo com as classificações propostas por Raupp e Beuren (2009) é descritiva, quanto aos objetivos, tendo em vista que se pretende descrever as variáveis, sem interferir na sua realidade, documental, por utilizar dados secundários disponíveis em meios eletrônicos como fonte para cálculo das variáveis de análise, e predominantemente qualitativa, por utilizar-se da análise de conteúdo destes documentos.

A unidade de análise da pesquisa, consiste nos municípios paranaenses que sofrem com eventos climáticos de forma cíclica, ou seja, àqueles em que um determinado evento tende a ocorrer com certa frequência. Para o presente estudo adotou-se como base para análise os municípios paranaenses que tiveram pelo menos um desastre, por ano, relacionados a enxurradas, inundações, enchentes, alagamentos e deslizamentos, no período de 2013 a 2018. Contudo, aceitou-se na amostra alguns municípios que, embora em um dos anos não tenha registros de eventos desta natureza, demonstraram, nos demais anos, frequência na ocorrência de um mesmo evento, demonstrando a tendência cíclica de ocorrência de desastres climáticos.

Esse recorte se dá pelo fato de que tais municípios tendem a continuar apresentando estes eventos, uma vez que, apresentam eventos de mesma natureza, relacionados, especialmente, a fortes chuvas de forma cíclica, e assim, contribuem para se atingir os objetivos do estudo em verificar a resiliência financeira municipal, na presença de desastres

climáticos que ocorrem com certa frequência.

Diante dos critérios expostos para delimitação da amostra, compõem o estudo, baseado nos dados da Coordenadoria Estadual da Defesa Civil (2019), os seguintes municípios com a quantidade de suas respectivas ocorrências relacionadas aos eventos objeto de estudo no período de análise: Almirante Tamandaré (15); Araucária (14); Campina Grande do Sul (8); Campo Largo (12); Carambeí (6); Curitiba (34); Foz do Iguaçu (14); Francisco Beltrão (19); General Carneiro (9); Guarapuava (15); Guaraqueçaba (8); Londrina (10); Manfrinópolis (7); Marquinho (6); Moreira Sales (7); Paranaguá (13); Piraquara (11); Ponta Grossa (17); Quatro Barras (9); Querência do Norte (22); Rio Negro (7); São José dos Pinhais (16); São Miguel do Iguaçu (11) e Siqueira Campos (9).

Definida a amostra, buscou-se dados financeiros e orçamentários dos municípios, em seus respectivos portais de transparência e no site do Tribunal de Contas do Estado do Paraná (2019), tais como demonstrativos contábeis, leis Orçamentárias e outros instrumentos que pudessem contribuir para a análise da resiliência financeira municipal, em decorrência de eventos climáticos. A partir destes, procedeu-se à análise de conteúdo das informações relativas a ações voltadas para a prevenção ou ao enfrentamento dos eventos climáticos.

Além disso, ao tratar de resiliência, observaram-se outras variáveis qualitativas e quantitativas, a fim de verificar como os municípios analisados estão tratando da prevenção, para que a população não tenha seu bem-estar comprometido pela ausência de políticas voltadas para as questões ambientais.

## **4 | DISCUSSÃO E ANÁLISE DOS RESULTADOS**

A análise e discussão dos resultados, está pautada na busca por compreender as medidas de gestão de riscos adotadas pelos entes municipais voltados para a previsibilidade e a veloz recuperação diante da ocorrência de desastres ambientais, especialmente relacionadas às finanças públicas. Tais indicadores possibilitam observar a resiliência destes diante de uma potencial ocorrência de desastres climáticos.

Com base nos dados da Pesquisa de Informações Municipais (MUNIC), realizada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (2017) pode-se fazer algumas ponderações a respeito da resiliência dos municípios. Inicialmente, vê-se que, com exceção de três municípios (Campina Grande do Sul, General Carneiro e Rio Negro), os demais entes analisados possuem alguma previsão legal quanto a mecanismos de prevenção de desastres ambientais, especialmente em seus planos diretores ou legislação específica. Além disso, os municípios, segundo a pesquisa, declaram possuir instrumentos para o gerenciamento de riscos em decorrência de eventos climáticos. Neste caso, todos declaram pelo menos um mecanismo relacionado aos eventos aqui analisados.

Entre os mecanismos citados com maior frequência para gestão de riscos,

destacam-se os mapeamentos de áreas de riscos de enchentes ou inundações; programas habitacionais para realocar a população de baixa renda; mecanismos de controle e fiscalização quanto a ocupação de áreas de riscos; planos de contingências e cadastros de riscos. Já os eventos relacionados a planos de engenharias pertinentes ao evento e os sistemas de alertas antecipados de desastres, foram pouco citados entre estes municípios. Além disso, dos 24 municípios analisados, 12 declararam ter pelo menos um dos seguintes órgãos: unidade do corpo de bombeiros, coordenação municipal de defesa civil ou núcleo de defesa civil.

Assim, percebe-se que, embora os eventos sejam imprevisíveis e praticamente impossíveis de serem controlados, os municípios que sofreram significativos impactos em decorrência de desastres, possuem mecanismos capazes de atenuar o reflexo destes para a população, seja em termos de danos físicos e materiais diretos, ou na oferta de bens e serviços pelo comprometimento das finanças municipais.

Na Lei de Diretrizes orçamentárias foi possível verificar a reserva de contingência dos municípios, a qual segundo a Lei Complementar nº 101 de 2000, cujo estabelecimento se dá na Lei de Diretrizes Orçamentárias, é uma reserva destinada ao atendimento aos passivos contingentes e de outros riscos, bem como, eventos fiscais imprevistos (BRASIL, 2000). Entre os riscos fiscais tem-se a calamidade pública ou emergência por desastres ambientais (LOPES; COSTA, 2017).

Contudo, ao observar a referida lei percebe-se que os valores das reservas de contingência orçadas e seu percentual sobre a receita, não são muito representativos nesses municípios, sendo pequenos valores destinados a essas finalidades. Além disso, ao verificar os anexos de riscos fiscais, observa-se que boa parte desse valor é destinado a demandas judiciais, ficando uma parcela ainda menos significativa para outras contingências, nas quais se incluem as calamidades por eventos climáticos.

Com base no que expõem Lopes e Costa (2017) de que a gestão de riscos seria capaz de antecipar a necessidade de gastos com as calamidades e minimizar os impactos financeiros e orçamentários, tendo em vista que os municípios resilientes teriam estas previsões no orçamento, levantam-se as peças orçamentárias municipais, para se identificar a previsibilidade de destinação de recursos para gestão ambiental, especialmente ações voltadas a desastres naturais. É válido ressaltar que nem todos os municípios da amostra possuíam as legislações ou os anexos em seus sites e portais da transparência, ficando a análise restrita aqueles cujas informações estavam disponíveis.

Uma tendência observada entre os municípios é a de que os recursos destinados às questões ambientais, visam a manutenção da secretaria ou departamento específico. Entre as atividades mais observadas para a destinação destes recursos, além da manutenção administrativa, estão a coleta e destinação de resíduos sólidos; manutenção do fundo de proteção ao meio ambiente e a manutenção e preservação dos recursos ambientais, tais como, parques ecológicos, rios e demais áreas de preservação. Embora essas previsões

orçamentárias possam ser meios de atenuar os impactos gerados por eventos climáticos, percebe-se que esta não é a finalidade específica das ações.

Ações específicas relacionados à prevenção de ocorrência de eventos ambientais e ações destinadas a atenuar o impacto destes potenciais eventos sobre a população, reduzindo o impacto destes, nas finanças públicas municipais, por apresentar previsão orçamentária, foram observadas em apenas alguns municípios. Ações voltadas à recuperação de áreas com problemas ambientais; a implantação de planos de gestão ambiental; controle ambiental e programas de desocupação de áreas de riscos, são ações que demonstram a preocupação com as questões relacionadas à destinação de recursos para a minimização dos impactos de desastres ambientais. Cabe ressaltar que os recursos destinados a essas atividades apresentam baixos índices, se comparados a outras áreas.

Exemplos dessas ações, voltadas a projetos de infraestrutura e programas de desocupação de áreas de riscos, foram realizadas nos municípios de Almirante Tamandaré e Araucária. Em outubro de 2018, no município de Almirante Tamandaré, a prefeitura abriu o aterramento feito no rio pelos próprios moradores, que causou uma enchente. Logo após o evento a prefeitura fez investimentos em pavimentações, drenagens, sistemas de galerias de águas pluviais e outras obras, no montante de aproximadamente R\$5,2 milhões onde existiam problemas de drenagem (PREFEITURA DE ALMIRANTE TAMANDARÉ, 2018a; 2018b; 2018c).

Na cidade de Araucária, para regularizar a área de ocupação realizada de forma irregular, e que em partes possuíam famílias em locais de riscos de alagamento, a prefeitura fez inúmeras intervenções, como pavimentação, galerias de águas pluviais, rede de esgoto e outras obras, sendo que o processo levou mais de 10 anos para se regularizar e custou mais de R\$7 milhões, sendo que na área onde estavam as 174 famílias sujeitas a alagamentos foi construído um parque urbano para lazer dos moradores e parte da vegetação do local foi recuperada (BARBOZA, 2019).

Como exemplo de atividade voltada a resiliência observada nas peças orçamentárias têm-se os casos de Londrina e Curitiba que destacaram em seus Planos Plurianual (PPA) que realizarão ações voltadas a preparar a defesa civil municipal para a redução de desastres e no apoio às comunidades que forem atingidas por eventuais desastres. Além dessas, em Curitiba, tem-se a previsão de recursos para potenciais desastres e execução de atendimento emergencial. Outro exemplo é o município de Foz do Iguaçu que em seu PPA possui ação específica relacionada a fornecer suporte de suprimentos e equipamentos para o desenvolvimento de atividades de atendimento às vítimas de sinistros e eventos climáticos.

Destarte isso, observa-se que as ações e programas de governos, contidos nas peças orçamentárias, dos municípios, voltados para prevenção e o enfrentamento de eventos climáticos, e que conseqüentemente, demonstram a resiliência destes, a fim de atenuar os impactos dos eventos para a população e para a condição financeira municipal,

são pontuais em alguns entes. De modo geral, os municípios, mesmo que apresentem eventos climáticos de forma cíclica, não tendem a destinar recursos específicos, além das reservas de contingências, para a prevenção ou enfrentamento de desastres.

Constatação semelhante a esta, pode ser observada no estudo de Lopes e Costa (2017), os quais ressaltam que os municípios analisados demonstraram baixa adesão à gestão de riscos, e conseqüentemente, tendiam a apresentar uma vulnerabilidade fiscal elevada. Não obstante, no artigo citado os autores demonstraram que a atuação do gestor é tornada mais crítica em casos onde a previsibilidade da ocorrência de eventos é maior, tendo em vista sua regularidade.

## 5 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

O estudo teve como objetivo analisar os mecanismos de gestão de riscos adotados para atingir a resiliência financeira nos municípios que sofrem com a ocorrência de eventos climáticos constantes relacionados a inundações, enxurradas, enchentes, alagamentos e deslizamentos. Para tanto, realizou-se uma análise de conteúdo nos documentos dos municípios que apresentaram frequência na ocorrência destes desastres, assumindo que estes têm maior previsibilidade quanto a ocorrência destes.

Inicialmente esperava-se que os municípios com tendência à ocorrência de eventos climáticos frequentes, oriundos de fortes chuvas, apresentassem, em seus documentos, medidas de gestão de riscos voltadas especialmente a resiliência financeira municipal. Contudo, por meio da análise das informações das demonstrações contábeis, peças orçamentárias e dos dados da MUNIC realizada pelo IBGE, observou-se que não se tem uma forte tendência a medidas financeiras de gestão de riscos.

Percebe-se que os municípios, mesmo com maior tendência à ocorrência de desastres, não destinam grandes valores a reservas de contingências, que podem ser utilizadas em casos de calamidades. Pela pesquisa do IBGE, foi possível observar que as legislações municipais dos entes analisados possuem medidas para a prevenção de impactos à população dos desastres ambientais, além de adotarem alguns mecanismos para a gestão de riscos.

No que se refere à previsibilidade de destinação de recursos específicos para os casos de desastres ambientais, percebe-se, pela análise das peças orçamentárias municipais, que a prática é adotada pontualmente por alguns entes. Outros trabalham com programas genéricos que potencializam a destinação de recursos para áreas ambientais e que potencialmente atenuam os impactos de desastres.

Assim, observou-se que os municípios adotam algumas medidas de gestão de riscos para a previsibilidade e o enfrentamento de desastres ambientais, visando atenuar seus impactos, e demonstrando assim a busca pela resiliência. No entanto, ao tratar da resiliência financeira municipal frente a ocorrência de desastres climáticos, verificou-se que

estes entes, ressalvadas as exceções, não estão destinando recursos em seus orçamentos, capazes de atenuar os impactos dos desastres, sendo capazes de garantir a oferta de bens e serviços à população prejudicada. Assim, pode-se esperar que tais municípios tendem a estarem despreparados financeiramente para ocorrência de grandes impactos, fruto de eventos climáticos, o que pode comprometer a condição financeira municipal e o bem-estar social, na sua ocorrência.

O estudo limita-se à análise dos municípios selecionados para a pesquisa, com base nos critérios expostos, o que não permite que sejam feitas inferências para os demais entes. Além disso, foi realizada análise de conteúdo nos documentos levantados, em busca de informações pontuais a respeito da gestão de riscos, em busca da resiliência. Assim, a adoção de outros critérios de análise ou outras fontes de dados podem apresentar análises distintas.

Diante disso, sugere-se a continuidade das pesquisas que visem compreender o impacto dos desastres climáticos nas finanças municipais, com abordagens quantitativas. Além disso, sugere-se realizar estudos voltados à compreensão da resiliência em casos de eventos específicos que ocasionam grandes prejuízos, com vistas a compreender o processo de recuperação destes entes.

## REFERÊNCIAS

BARBOZA, Waldiclei. Regularização do 21 de Outubro chega à última etapa. O popular do Paraná, Araucária, 17 de jan. de 2019. Disponível em: <http://www.opopularpr.com.br/noticias/politica/regularizacao-do-21-de-outubro-chega-a-ultima-etapa/> . Acesso em 16 de jul. de 2019.

BRASIL. **Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000**. Estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal e dá outras providências. Brasília, 4 de maio de 2000.

CASTRO, Antônio Luiz Coimbra de. **Manual de Desastres**. Volume I. Desastres Naturais. Ministério da Integração Nacional, Secretaria Nacional de Defesa Civil. Brasília, 2003.

COORDENADORIA ESTADUAL DE PROTEÇÃO E DEFESA CIVIL. **Relatório anual: Ações** desenvolvidas em 2015, Defesa Civil, Paraná: 2015.

COORDENADORIA ESTADUAL DA DEFESA CIVIL (CEDEC). Sistema Informatizado de Defesa Civil (SISDC). **Relatório de Ocorrências: Ocorrências (globais) por Município**, 2019.

ESCRITÓRIO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA REDUÇÃO DE RISCOS DE DESASTRES (UNISDR). **Como Construir Cidades Mais Resilientes** - Um Guia para Gestores Públicos Locais. Tradução de: How to Make Cities More Resilient - A Handbook for Mayors and Local Government Leaders. Genebra, Suíça: UNISDR, 2012.

FERENTZ, Larissa Maria da Silva; FONSECA, Murilo Noli da; PINHEIRO, Eduardo Gomes. Gestión de riesgo de desastres y los planes municipales de contingencia: estudio de caso en el municipio de Palmeira/PR. **Contribuciones a las Ciencias Sociales**, 2018.

FERENTZ, Larissa Maria da Silva; PINHEIRO, Eduardo Gomes; GARCIAS, Carlos Mello. Gestão de riscos e indicadores de preparação: estudo de caso no município de Palmeira/PR. **Revista Desenvolvimento Regional em debate**, v. 9, p. 243-262, 2019.

FREITAS, Carlos Machado de; CARVALHO, Mauren Lopes de; XIMENES, Elisa Francioli; ARRAES, Eduardo Fonseca; GOMES, José Orlando. Vulnerabilidade socioambiental, redução de riscos de desastres e construção da resiliência: lições do terremoto no Haiti e das chuvas fortes na Região Serrana, Brasil. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 17, p. 1577-1586, 2012.

GARCIAS, Carlos Mello; FERENTZ, Larissa Maria da Silva; PINHEIRO, Eduardo Gomes. A Resiliência como Instrumento de Análise da Gestão Municipal de Riscos e Desastres. **Redes (Santa Cruz do Sul. Online)**, v. 24, n. 2, p. 99-121, 2019.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Pesquisa de Informações Básicas Municipais (MUNIC)**. IBGE: 2017.

LOPES, Vitor Chagas; COSTA, Abimael de Jesus Barros. Vulnerabilidade das finanças municipais às catástrofes naturais. **Revista de Contabilidade da UFBA**, v.11, n.3, p. 212-236, 2017.

NINA, Alex Santiago; SZLAFSSTEIN, Cláudio Fabian. Efeitos de desastres naturais no desempenho orçamentário do Estado do Pará. **Novos Cadernos NAEA**, v. 17, n. 2, 2014.

PINHEIRO, Eduardo Gomes; FERENTZ, Larissa Maria da Silva; FONSECA, Murilo Noli da. As Emergências Ambientais no Paraná e as Intersecções com o Sistema Estadual de Proteção e Defesa Civil. **Redes (Santa Cruz do Sul. Online)**, v. 24, n. 2, p. 81-98, 2019.

PREFEITURA DE ALMIRANTE TAMANDARÉ. Prefeitura dá atendimento às famílias atingidas pelas chuvas. Almirante Tamandaré, 21 de out. de 2018a. Disponível em: <http://tamandare.pr.gov.br/noticia/prefeitura-da-atendimento-as-familias-atingidas-pelaschuvas-8> . Acesso em: 16 de jul. de 2018.

\_\_\_\_\_. Rua Estados Unidos sai do papel e se transforma em realidade. Almirante Tamandaré, 13 de dez. de 2018b. Disponível em: <http://tamandare.pr.gov.br/noticia/ruaestados-unidos-sai-do-papel-e-se-transforma-em-realidade-8> . Acesso em: 16 de jul. de 2018.

\_\_\_\_\_. Obras de pavimentação das ruas de São João Batista estão sendo executadas. Almirante Tamandaré, 06 de dez. de 2018c. Disponível em: <http://tamandare.pr.gov.br/noticia/obras-de-pavimentacao-das-ruas-de-sao-joao-batistaestao-sendo-executadas-8> . Acesso em: 16 de jul. de 2018.

RAUPP, Fabiano Maury; BEUREN, Ilse Maria. Metodologia da pesquisa aplicável às ciências sociais. In: BEUREN, Ilse Maria (Org.). **Como elaborar trabalhos monográficos em contabilidade: teoria e prática**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2009.

SILVA, Marcia Zanievicz da; TURRA, Salete; PETRY, Jonas Fernando. **Eficiência de gestão e a capacidade de resiliência dos municípios do Vale do Itajaí/SC frente a eventos climáticos adversos**. XV Congresso USP de Controladoria e Contabilidade. São Paulo: 2015.

TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARANÁ. **Relatórios**. Disponível em: <https://www1.tce.pr.gov.br/?classica=sim>. Acesso em: 20 de jun. 2019.

VEIGA, José Eli da. Indicadores de sustentabilidade. **Estudos Avançados**, v. 24, n. 68, p. 39-52, 2010.

## ÍNDICE REMISSIVO

### A

Análise Econômico-financeira 83  
Aprendizagem Organizacional 88, 89, 136, 361  
Atividade Física 43, 44, 46, 47, 48, 51  
Auditoria 83, 84, 86, 190

### C

Capacidade Absortiva 7, 88, 89, 90, 91, 93, 95  
Cerâmica 7, 111, 112, 113, 114, 115, 116, 117, 118, 119, 120, 121, 122, 123, 157  
Compartilhamento 27, 29, 30, 31, 38, 39, 41, 42, 92, 116, 122, 177, 326, 334, 344, 360  
Comunidade de Aprendizagem 111, 362  
Conhecimento 6, 7, 9, 10, 2, 5, 6, 7, 9, 10, 14, 16, 17, 27, 28, 29, 30, 31, 32, 34, 35, 36, 37, 38, 39, 40, 41, 42, 55, 58, 62, 63, 64, 65, 73, 74, 82, 88, 89, 90, 91, 92, 93, 94, 98, 113, 115, 116, 126, 127, 130, 132, 135, 136, 138, 140, 141, 149, 160, 161, 168, 174, 175, 176, 177, 178, 179, 180, 181, 182, 184, 192, 201, 205, 206, 208, 210, 216, 219, 223, 235, 248, 265, 274, 276, 277, 278, 279, 292, 293, 295, 297, 309, 310, 311, 312, 313, 314, 316, 317, 321, 323, 333, 335, 336, 338, 340, 342, 343, 344, 346, 349, 360, 361, 362, 363, 367, 368, 369, 371, 388, 390, 394, 405, 406, 407, 411, 414, 416, 418  
Contabilidade Pública 83  
Cooperação 7, 47, 93, 114, 124, 125, 126, 128, 129, 130, 131, 132, 134, 135, 136, 137, 138, 139, 152, 153, 156, 157, 158, 159, 160, 162, 163, 164, 169, 170, 172, 180, 228, 229, 280, 361, 397, 398

### D

Desastres Climáticos 7, 100, 101, 102, 103, 104, 105, 108, 109  
Desconsideração 6, 20, 21, 22, 23, 24, 25  
Desenvolvimento Econômico 5, 7, 25, 30, 124, 136, 140, 141, 142, 144, 145, 146, 147, 148, 149, 150, 226, 227, 228, 229, 230, 232, 233, 234, 239, 241, 280, 360  
Desenvolvimento Social 75, 140, 141, 146, 147, 148, 149, 150, 151, 194, 202, 348, 357  
Direito empresarial 6, 20

### E

Educação Intercultural 1, 13, 14  
Ensino Prisional 53, 55  
Estado 6, 8, 1, 31, 32, 43, 44, 45, 46, 48, 49, 50, 51, 53, 55, 58, 61, 67, 75, 81, 103, 105, 110, 113, 114, 117, 120, 122, 130, 132, 136, 140, 141, 142, 143, 144, 145, 147, 148, 149,

150, 151, 153, 154, 156, 157, 159, 160, 161, 162, 163, 164, 165, 166, 167, 168, 169, 170, 171, 175, 183, 188, 189, 204, 206, 207, 208, 209, 222, 224, 230, 231, 235, 246, 247, 251, 252, 257, 263, 274, 316, 320, 326, 336, 348, 349, 351, 358, 371, 415

etnoReconhecimento 1, 2, 3, 17, 18

Extensão Acadêmica 111

## **G**

Gestão 6, 8, 3, 5, 27, 28, 29, 30, 36, 37, 40, 41, 88, 89, 93, 100, 102, 103, 104, 105, 106, 107, 108, 109, 110, 130, 138, 151, 152, 153, 154, 155, 156, 157, 160, 161, 162, 174, 175, 177, 187, 188, 190, 191, 198, 199, 200, 201, 202, 219, 223, 226, 228, 229, 230, 231, 236, 237, 238, 241, 242, 243, 281, 282, 295, 352, 357, 370, 388, 395, 397, 405, 416, 418

Gestão do conhecimento 6, 27, 29, 36, 40, 88, 174, 177

Guerreiro Ramos 6, 68, 69, 70, 71, 74, 76, 80

## **I**

Inovação 7, 27, 29, 36, 38, 39, 41, 75, 89, 90, 91, 92, 93, 94, 95, 98, 124, 125, 126, 127, 128, 129, 130, 131, 132, 133, 135, 136, 137, 138, 139, 152, 153, 155, 160, 161, 162, 163, 164, 165, 167, 168, 169, 170, 171, 172, 174, 175, 177, 180, 181, 184, 269, 359, 360, 361, 364, 371, 375

Inteligência 6, 27, 28, 31, 32, 33, 34, 35, 36, 37, 38, 39, 40, 41, 42, 52, 271, 272, 339, 340, 377

## **J**

Justiça do trabalho 20, 21, 22, 24, 25

## **K**

Karl Mannheim 68, 69, 70, 71, 81, 82

## **L**

Liderança 7, 47, 88, 89, 90, 91, 92, 93, 94, 95, 96, 98, 131, 156, 157, 165, 170, 171, 182, 280, 362

## **M**

Municípios Paranaenses 7, 100, 102, 104

Museus 6, 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 11, 12, 13, 14, 15, 16, 17, 18, 19, 313, 320, 321, 322, 323, 324, 325, 329, 330, 331

## **P**

Personalidade Jurídica 6, 20, 21, 22, 23, 24, 25

Pesquisa Aplicada 124, 125, 133

Pesquisa Básica 124, 125, 131

Planificação 6, 68, 70, 71, 72, 73, 74, 75, 76, 77, 78, 80, 81, 116

Policial Militar 43, 45, 47, 48, 49

Prática Estratégica 53, 59, 61, 67

Projeto de Arte 111

Projeto de Remição pela Leitura 53, 57, 58, 60, 63

Psicologia Militar 43, 46

## **R**

Reforma Trabalhista 6, 20, 21, 24, 25

Resiliência Financeira 7, 100, 101, 102, 104, 105, 108

Revisão sistemática 7, 88, 92, 95

## **S**

Saúde do Trabalho 43

Segurança Pública 5, 6, 27, 28, 29, 31, 32, 33, 34, 35, 36, 37, 38, 39, 40, 41, 42, 43, 44, 49

Suicídio 43, 47, 49, 50, 51, 52

# Da Teoria à Prática em Pesquisas nas Ciências Sociais Aplicadas

 [www.atenaeditora.com.br](http://www.atenaeditora.com.br)  
 [contato@atenaeditora.com.br](mailto:contato@atenaeditora.com.br)  
 [@atenaeditora](https://www.instagram.com/atenaeditora)  
 [www.facebook.com/atenaeditora.com.br](https://www.facebook.com/atenaeditora.com.br)

  
Ano 2021

# Da Teoria à Prática em Pesquisas nas Ciências Sociais Aplicadas



 [www.atenaeditora.com.br](http://www.atenaeditora.com.br)  
 [contato@atenaeditora.com.br](mailto:contato@atenaeditora.com.br)  
 [@atenaeditora](https://www.instagram.com/atenaeditora)  
 [www.facebook.com/atenaeditora.com.br](https://www.facebook.com/atenaeditora.com.br)

  
Ano 2021